

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE _____ DE 2005
(Do Sr. Rodrigo Maia)

Solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda sobre os gastos efetuados com a cerimônia de lançamento e divulgação da Medida Provisória n. 252, a “MP do bem” no Palácio do Planalto.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal de 1988 e nos arts. 24, inc. V e §2º, 115, inc. I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a V. Exa. seja encaminhado ao Ministro da Fazenda, Senhor Antônio Palocci, o seguinte pedido de informações sobre os gastos efetuados com a cerimônia de lançamento e divulgação da Medida Provisória n.º 252, de 15 de junho de 2005, a “MP do Bem”:

1. Quanto foi gasto com a realização da cerimônia de lançamento e assinatura da Medida Provisória n. 252/05, a “MP do Bem” no Palácio do Planalto?
2. Qual órgão foi responsável pelo pagamento das despesas realizadas com a cerimônia de lançamento e assinatura da Medida Provisória n.º 252/05, a “MP do bem” no Palácio do Planalto?
3. Quantas pessoas participaram do evento e quais as autoridades presentes na cerimônia de lançamento e assinatura da Medida Provisória n.º 252/05, a “MP do bem” no Palácio do Planalto?
4. Quanto foi gasto com a divulgação nos meios de comunicação da MP n.º 252, a “MP do Bem”?
5. Qual o órgão responsável pelo pagamento das despesas realizadas com a divulgação nos meios de comunicação da MP n.º 252, a “MP do bem”?

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a perda de eficácia da Medida Provisória n.º 252/2005, por decurso prazo, em razão da falta de quorum para a sua aprovação, no dia 11 de outubro de 2005, por provocação do próprio governo faz-se necessário verificar qual o montante de recursos públicos gastos com o seu lançamento e com a sua divulgação, uma vez que a sua não aprovação ocorreu por força do próprio governo.

O Jornal “O Estado de São Paulo” do dia 12 de outubro de 2005, na pág. 5 trouxe a seguinte notícia:

“A ‘queda’ da MP foi provocada pelo próprio governo, que já não estava contente com o aumento de custo da MP, depois das alterações incluídas no Congresso, e não quis recuar de um artigo polêmico de sua autoria: o que mandava adiar para o ano seguinte o pagamento de causas de até R\$18 mil ganhas contra a União. Hoje, essas sentenças são pagas em até 60 dias e são na maior parte de aposentados que conseguem na Justiça a revisão de seus benefícios. O governo não abriu mão desse artigo. Na iminência de vê-lo aprovado, preferiu retirar sua bancada do plenário da Câmara e derrubou o quorum da sessão. Com isso, a MP perdeu sua última chance de ser votada.”

É imprescindível, portanto, verificar quanto foi gasto pelo governo com o lançamento e a divulgação da Medida Provisória n.º 252/05, uma vez que houve ampla publicidade sobre a sua edição, o que por si só demonstrava o firme propósito do governo em vê-la aprovada. Todavia, a mesma foi rejeitada por força do próprio governo. Não se pode admitir que o dinheiro público seja aplicado de forma imprudente.

O presente requerimento de informações observa ao disposto no artigo 116, inciso II, alínea “b” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em de de 2005,

Deputado Rodrigo Maia
Líder do PFL